

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOCENTE E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Organization of Teacher Pedagogical Work and the Inclusion of People with Disabilities in the Teaching-Learning Process in Professional and Technological Education

Flavia Marques do Nascimento¹
Prof. Me Paulo Araújo²

RESUMO

Este trabalho aponta possibilidades de organização do trabalho pedagógico docente para inclusão de estudantes com deficiências no processo de ensino-aprendizagem de Educação Profissional e Tecnológica. Com base em revisão de literatura, é apresentado o conceito de inclusão escolar e os seus aspectos legais; reflexões sobre as lacunas existentes no que se refere à educação inclusiva e a realidade das salas de aula e estratégias pedagógicas que possam ser utilizadas para atender às necessidades de estudantes com deficiência. O trabalho evidencia que a reorganização intencional das práticas pedagógicas amplia as condições de acesso, permanência e desenvolvimento, reafirmando o papel do professor como agente central na consolidação de uma EPT comprometida com a justiça social equitativa.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Inclusão; Organização Pedagógica; Pessoa com Deficiência; Desafios Docentes.

ABSTRACT

Abstract 1

This study highlights possibilities for organizing teachers' pedagogical work aimed at the inclusion of students with disabilities in the teaching-learning process of Professional and Technological Education (PTE). Based on a literature review, the paper presents the concept of inclusive education and its legal aspects, reflections on existing gaps between inclusive education policies and classroom realities, and pedagogical strategies that can be adopted to meet the needs of students with disabilities. The study demonstrates that the intentional reorganization of pedagogical practices enhances conditions for access, retention, and development, reaffirming the teacher's role as a central agent in consolidating a model of PTE committed to equitable social justice.

Keywords: Professional and Technological Education; Inclusion; Pedagogical Organization; Person With Disability; Teaching Challenges.

¹ Tecnóloga em Processos Gerenciais. Licencianda da Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia. flavia.donassci@gmail.com

² Pedagogo, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFB). E-mail: paulo.araujo@ifb.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A experiência da autora como educadora voluntária e monitora em uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Distrito Federal suscitou reflexões significativas acerca dos limites e das potencialidades da inclusão escolar nesse contexto. Essa vivência prática, associada à formação obtida no curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, contribuiu para a construção de um olhar crítico sobre o trabalho docente e sobre o papel da sala de aula na formação integral de estudantes com deficiência.

A partir dessa realidade, adota-se a perspectiva de Aranha (2004), segundo a qual a inclusão deve ser compreendida como um processo de transformação estrutural e cultural, que exige planejamento colaborativo, flexibilização curricular e compromisso institucional. Tal entendimento impulsiona a busca por estratégias inovadoras que assegurem o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência no âmbito da EPT.

Diante desse cenário, emerge a problemática que norteia este estudo: quais são as possibilidades de organização do trabalho pedagógico docente diante da inclusão de pessoas com deficiência no processo de ensino e aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica? Para respondê-la, o presente trabalho estabelece como objetivo geral identificar possibilidades de organização do trabalho pedagógico docente que favoreçam a inclusão de estudantes com deficiência no processo de ensino-aprendizagem da Educação Profissional e Tecnológica.

Para alcançar tal finalidade, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Conceituar inclusão escolar e apresentar seus principais aspectos legais;
2. Refletir sobre as lacunas existentes entre as políticas de educação inclusiva e a realidade das salas de aula;
3. Apontar estratégias pedagógicas capazes de atender às necessidades educacionais de estudantes com deficiência.

A estrutura proposta justifica-se pela relevância de ampliar a compreensão e a reflexão sobre a prática docente no contexto da diversidade, reforçando a importância da formação continuada de professores e das equipes institucionais de apoio para que a inclusão se efetive em todas as suas dimensões. Assim, espera-se contribuir para que a inclusão se consolide como prática cotidiana na EPT, e não apenas como um princípio legal ou discursivo.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, tomando como base autores centrais na área da inclusão escolar e da formação docente, como Mantoan (2015), Sasaki (2020) e Vygotsky (2007), entre outros. Também serão analisados os principais dispositivos legais e documentos orientadores que asseguram o direito à educação inclusiva e que permitem refletir sobre o papel mediador do professor na construção de ambientes escolares acessíveis, acolhedores e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, adequada para apontar possibilidades de organização do trabalho pedagógico docente para inclusão de estudantes com deficiências no processo de ensino-aprendizagem de Educação Profissional e Tecnológica. A análise bibliográfica permitirá identificar criticamente produções acadêmicas e normativas que abordam a temática, bem como evidenciar práticas inclusivas, lacunas existentes e possibilidades de aprimoramento. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de um olhar interpretativo capaz de contemplar a complexidade dos processos educacionais inclusivos e as particularidades do trabalho docente.

Por fim, a relevância deste estudo expressa-se tanto no âmbito social quanto no acadêmico, ao buscar subsídios que fortaleçam a formação de professores e equipes escolares para que a inclusão se efetive como prática real e transformadora. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas e para a preparação de profissionais mais sensíveis, conscientes e capacitados a enfrentar os desafios da inclusão de estudantes com deficiência no processo de ensino e aprendizagem.

2. METODOLOGIA

A metodologia buscou a teoria que cumpre um papel essencial para revelar quais fatos e relações ainda carecem de explicação, iluminando áreas da realidade que permanecem insuficientemente exploradas. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2003), é justamente o confronto entre o conhecimento já consolidado e aquilo que ainda se mostra lacuna que orienta o pesquisador na delimitação do problema de investigação. Assim, ao reconhecer esses limites teóricos e as demandas por aprofundamento, essa pesquisa estrutura sua abordagem metodológica, buscando suprir pontos ainda pouco esclarecidos e contribuir para o entendimento mais consistente do tema.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, adequada para compreender os processos de inclusão, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência na educação especial no contexto da EPT. Seguindo a classificação de Gil (2002), caracteriza-se como exploratória, ao buscar mais familiaridade com fenômeno, e descritiva, ao

analisar práticas docentes e condições de acessibilidade. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos configura-se como pesquisa bibliográfica e documental, sustentada por autores clássicos, como Mantoan, Sassaki, Vygotsky, Freire dentre outros, além da legislação e políticas públicas que orientam a educação inclusiva no Brasil.

O tratamento dos dados seguiu um percurso interpretativo: após a leitura do material, os conteúdos foram organizados em categorias temáticas relacionadas à inclusão, acessibilidade e às práticas pedagógicas. Esse processo permitiu comparar as perspectivas teóricas, confrontar concepções presentes nas políticas públicas e identificar tensões e convergências que atravessam a atuação docente na EPT. A análise buscou construir sentido por meio dos referenciais legais, resultando em uma síntese sólida que sustenta as interpretações desse estudo.

Além da revisão bibliográfica, o trabalho incorporou reflexões derivadas da vivência da autora em ambientes reais da EPT, revelando barreiras educacionais, práticas docentes significativas e desafios institucionais observados em laboratórios e sala de aula. Essas experiências, embora não configurem pesquisa empírica formal, ampliam uma compreensão do cenário investigativo e aproxima teoria e prática de ensino. Diante desse percurso, o próximo capítulo apresenta os fundamentos que estruturam um debate sobre inclusão escolar e seus aspectos legais, estabelecendo um marco necessário para análise que se segue.

3. INCLUSÃO ESCOLAR E OS ASPECTOS LEGAIS

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino é uma tarefa desafiadora na perspectiva da estrutura política, social e cultural das instituições educacionais. Quando se discute essa inclusão de pessoas com deficiência no campo da EPT, isso representa um estímulo significativo para a organização do trabalho pedagógico docente. “Como destaca Mantoan (2015), não se trata de simplesmente colocar alunos com deficiência em escolas comuns, mas de mudar o modo como se ensina, como se aprende e como se concebe a escola”. Para tanto, nas últimas décadas, a inclusão tem avançado enquanto direito constitucional e social, exigindo dos docentes não só o reconhecimento da diversidade dos estudantes, mas também suas peculiaridades para a criação de estratégias organizacionais que promovam a efetiva participação e aprendizagem dos alunos. A releitura dos referenciais bibliográficos se destina a estabelecer a base conceitual e legal que sustenta a análise da organização do trabalho pedagógico na EPT.

3.1 Da Integração à Inclusão: Fundamentos e Conceitos

Historicamente, o tratamento dado às pessoas com deficiência na educação passou por estágios de segregação, integração e, mais recentemente, inclusão. A segregação excluía estes indivíduos do sistema regular, confinando-os a instituições especializadas. A integração, por sua vez, permitia que o estudante frequentasse a escola regular, mas exigia que ele se adaptasse ao sistema pré-existente, mantendo a responsabilidade do ajuste sobre o indivíduo (SASSAKI, 2003; ARANHA, 2003; MEC/SEESP, 2000). O paradigma da inclusão educacional rompe com a lógica tradicional de segregação ao propor uma transformação estrutural das instituições escolares e da própria sociedade. Para Sasaki (2020), trata-se de um processo contínuo que assegura acesso e participação plena a todos, deslocando a responsabilidade da adaptação do indivíduo para o sistema educacional que o acolhe. Nesse sentido, a escola deve reorganizar suas práticas e estruturas para garantir condições equitativas de aprendizagem, reconhecendo a diversidade como elemento enriquecedor. A Educação Inclusiva propõe uma reconfiguração integral da escola, abrangendo todos os sujeitos.

Para Vygotsky (2007) a aprendizagem é mediada pela interação social, e o desenvolvimento cognitivo acontece de forma mais significativa quando o professor atua como mediador. Compreender a mediação docente no contexto da inclusão requer, antes de tudo, clareza sobre alguns conceitos que costumam aparecer de forma misturada no debate educacional. Embora relacionados, possuem significados e funções distintas. Ao longo da história, a educação percorre diferentes caminhos — da segregação à integração — até chegar ao paradigma atual, que é o da inclusão. É nesse ponto que se torna essencial diferenciar dois termos que frequentemente se cruzam: educação inclusiva e educação especial.

A educação inclusiva constitui um princípio que orienta toda a escola a se organizar para acolher a diversidade. Seu foco está em garantir que todos aprendam juntos no ensino regular, com acessibilidade, participação e eliminação das barreiras que dificultam a aprendizagem. Trata-se de uma forma de pensar e estruturar a escola para que ela seja, de fato, um espaço de todos.

Já a educação especial é uma modalidade que oferece recursos e serviços de apoio para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades. Ela não substitui a escola comum; funciona de maneira complementar, oferecendo atendimentos como o AEE, tecnologias assistivas e adaptações de acesso. Por ser transversal, acompanha o estudante em todas as etapas da escolaridade.

Assim, para visualizar de forma objetiva as diferenças e aproximações entre os dois conceitos, o quadro a seguir apresenta seus aspectos centrais

QUADRO 1 - COMPARATIVO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA X EDUCAÇÃO ESPECIAL

ASPECTO	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	EDUCAÇÃO ESPECIAL
Natureza	Princípio e política educacional que orienta todo o sistema de ensino.	Modalidade da educação escolar que oferece serviços especializados.
Finalidade	Garantir que todos estudem juntos na escola regular, rompendo barreiras para a participação e aprendizagem.	Complementar ou suplementar o ensino regular, oferecendo apoios específicos aos estudantes que necessitam.
Público-alvo	Toda a comunidade escolar, pois trata da diversidade humana.	Estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.
Local de ocorrência	Na escola regular, em todas as salas, práticas e ambientes.	Em serviços como AEE, salas de recursos multifuncionais, apoio pedagógico especializado.
Foco principal	Transformar a escola para ser acessível, flexível, participativa e acolhedora.	Disponibilizar recursos, tecnologias, adaptações e profissionais especializados.
Objetivo pedagógico	Assegurar a participação e aprendizagem significativa para todos.	Atender necessidades educacionais específicas para favorecer a aprendizagem na escola regular.
Responsabilidade	De toda a escola: gestão, professores, equipe pedagógica e comunidade.	De profissionais especializados que atuam em articulação com professores da sala comum.
Base legal central	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, LDB, PNE, Política Nacional de Educação Especial (na perspectiva inclusiva).	LDB, DECRETO nº 12.686/2025 e normativas complementares.

Elaborado pelos autores, 2025.

Essa distinção, embora útil para compreender origens e finalidades distintas, pode gerar interpretações que fragmentam a prática pedagógica, reforçando a ideia de que a inclusão é responsabilidade de setores especializados. Em contraposição, autores como Sassaki (2003) defendem uma perspectiva integradora, na qual a Educação Especial atua de forma complementar e colaborativa à Educação Inclusiva, contribuindo para a efetivação de uma escola verdadeiramente para todos. No contexto escolar, a inclusão plena, segundo Aranha (2004), implica em uma mudança estrutural e cultural, garantindo o direito à educação de qualidade, eliminando as barreiras de todo tipo que impedem a participação plena do aluno. Para tanto, nas escolas, persiste o desafio de garantir o direito à educação dos alunos com deficiência.

3.2 O Trabalho Pedagógico Docente sob a Perspectiva Inclusiva

A base teórica do Trabalho Pedagógico Docente (TPD) inclusivo exige uma prática profundamente reflexiva e fundamentada. Segundo Vygotsky (2007), reafirma que a aprendizagem é um processo social mediado. O professor atua na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)³, reconfigurando o ensino para a diversidade e utilizando mediações para o avanço do aluno com deficiência. Paralelamente, a perspectiva de Paulo Freire (1996) impulsiona uma pedagogia dialógica e emancipadora, na qual o estudante é encorajado a ser protagonista de sua própria formação, rompendo com a educação bancária. O desafio central na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) reside justamente em conjugar essa mediação e o protagonismo com a necessidade de desenvolver competências técnicas específicas. Tal organização do TPD demanda, invariavelmente, a flexibilização curricular e a adaptação de metodologias para que a inclusão se materialize em uma formação profissional de excelência.

Os atores desse espaço vivem no seu cotidiano a diversidade de necessidades dos estudantes que exigem adaptações curriculares, metodologias flexíveis e recursos pedagógicos acessíveis, de forma possibilitar a participação plena nas atividades desenvolvidas. Como destaca Mantoan (2003) e o Instituto Federal Baiano (2024), promover a inclusão na EPT não significa apenas integrar alunos com deficiência nas turmas regulares, mas repensar a organização do trabalho pedagógico e as estratégias de ensino para que todos possam desenvolver competências de maneira significativa.

A seguir um quadro demonstrativo com algumas datas da história que são fundamentais para preservar a memória coletiva e entender a evolução social, cultural e política, funcionando como marcos que orientam a interpretação dos eventos e suas inter-relações ao longo do tempo de todo esforço a favor do desenvolvimento de políticas inclusivas.

³ A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é o espaço psicológico entre aquilo que o estudante já consegue realizar sozinho e aquilo que pode realizar com a mediação de alguém mais experiente, como um professor, colega ou adulto. Vygotsky descreve a ZDP como o território onde a aprendizagem acontece de forma mais potente, pois é nele que novas capacidades podem emergir por meio da interação social, do diálogo e do apoio intencional. Enquanto o desenvolvimento real mostra o que a criança já domina, o desenvolvimento potencial revela o que ela *pode vir a dominar* com ajuda. A ZDP é justamente essa ponte entre o que é e o que pode ser ativada pela mediação pedagógica.

QUADRO 2 - DESTAQUES HISTÓRICOS E NORMATIVOS — INCLUSÃO E EPT

ANO	MARCO HISTÓRICO	RELEVÂNCIA
1994	Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.	Declara o enquadramento e marco internacional de ações para uma educação inclusiva.
1996	Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996.	Diretrizes e princípios que regem a Educação Brasileira do ensino infantil até o ensino superior.
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008).	Atendimento Educacional Especializado (AEE) para garantir o direito de todos a educação, sem segregação, em escolas comuns.
2009	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e nº 4/2009).	Instrumento de acessibilidade, capacitação docente e adaptação curricular.
2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) — Lei nº 13.146/2015.	Marco jurídico que reforça direitos e exige acessibilidade a promover adaptações razoáveis. Assegurar e promover condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
2017	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Define habilidades e competências que cada aluno deve ter ao longo das etapas e modalidades da educação escolar.
2018-2019	Orientações e reafirmações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE/PNEEPEI)	Consolidação de práticas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) Inclusão como eixo estruturante Acessibilidade plena / valorização das diferenças
2022 - 2023	Divulgação de resultados do Censo Demográfico 2022 (IBGE) — dados sobre PcD	Instrumento essencial para fundamentar políticas de inclusão na EPT. Acompanhamento por meio de dados oficiais
2025	Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.	Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

Diante do exposto, embora a legislação brasileira assegure a inclusão, sua efetivação na Educação Profissional e Tecnológica ainda enfrenta desafios ligados à formação docente, infraestrutura e práticas pedagógicas adaptadas. Como destaca Maria Teresa Mantoan (2000),

a escola tradicional tende a padronizar o ensino, ignorando a riqueza das diferenças individuais. Para ela, a diversidade não é obstáculo, mas oportunidade de transformação e aprendizado mútuo. Assim, urge repensar currículos, métodos e atitudes para construir uma educação verdadeiramente inclusiva. Reconhecer as diferenças é garantir igualdade de acesso e valorização das singularidades. Nesse contexto, o Marco Legal da Inclusão e a EPT reafirmam o compromisso do Brasil com a equidade, impulsionando um ensino que acolha, respeite e potencialize cada estudante.

3.3 A Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica precisa ultrapassar as ações de acesso e permanência, avançando para a formação de competências profissionais que permitam ao estudante com deficiência não apenas ingressar, mas também ocupar o mercado de trabalho de forma digna e qualificada. Sob essa perspectiva, a escola assume papel fundamental ao oferecer, como aponta Aranha (2020, p. 411), “instrumentos que permitam a todos a apropriação do saber socialmente elaborado” mediando a relação do aluno com a realidade, e contribuindo para a formação de conteúdos, habilidades, hábitos e convicções”. Assim, a inclusão na EPT não se restringe à presença física do estudante em sala; trata-se de garantir sua real apropriação do conhecimento técnico, científico e cultural produzido socialmente, de modo que possa transformar sua trajetória acadêmica e profissional.

Nesse movimento, o trabalho docente assume papel determinante. O professor, mais do que transmissor de conteúdos, torna-se mediador de processos formativos, compreendendo a historicidade do ensino, as transformações das práticas educativas e as barreiras que condicionam a aprendizagem. Isso implica repensar a organização pedagógica, ajustar metodologias, explorar recursos acessíveis e reconhecer que diferentes formas de aprender exigem diferentes formas de ensinar. As diretrizes legais fortalecem essa perspectiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE/2008), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Lei Brasileira de Inclusão, por exemplo, orientam que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica devem estruturar-se para acolher a diversidade em todas as suas dimensões. Isso envolve assegurar acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e metodológica, além de adaptar laboratórios, oficinas e equipamentos para garantir participação plena nas atividades práticas, elemento essencial na EPT.

Os dispositivos legais também estabelecem a oferta de apoio especializado, como intérpretes de Libras, profissionais de apoio, tecnologias assistivas e materiais acessíveis que permitam ao estudante transitar com autonomia pelos diferentes componentes curriculares.

Nesse cenário, a inclusão na EPT exige a flexibilização e adaptação do currículo, dos métodos de ensino e das formas de avaliação, sempre alinhadas à legislação vigente e às especificidades da formação técnica. A natureza prática dessa modalidade exige atenção especial aos procedimentos de segurança, à ergonomia dos espaços, à usabilidade dos instrumentos e à construção de estratégias pedagógicas colaborativas que assegurem equidade no processo de aprendizagem.

Todavia, sem professores preparados dificilmente a inclusão poderá acontecer de forma efetiva. (CARVALHO, 2004, P.22)

A próxima seção, “Lacunas e Estratégias”, aprofundará essa discussão ao dialogar diretamente com o objetivo específico da pesquisa, analisando os desafios presentes na realidade da EPT e apontando caminhos possíveis para o fortalecimento das práticas inclusivas.

4. Lacunas da Educação Inclusiva: Entre a Legislação e a Realidade da Sala de Aula

O Brasil possui um avanço notável em sua legislação, consagrando a educação inclusiva como um direito. Contudo, a transposição dos princípios legais para a prática efetiva nas escolas, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), revela uma série de lacunas e desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais. Refletir sobre essas disparidades é fundamental para apontar caminhos para a reorganização do trabalho pedagógico docente.

A primeira lacuna, e talvez a mais evidente, diz respeito à infraestrutura física e tecnológica das instituições. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determine a eliminação de barreiras, muitas unidades da Educação Profissional e Tecnológica ainda não garantem acessibilidade integral aos seus estudantes. No contexto da EPT, a acessibilidade ultrapassa a instalação de rampas ou elevadores. Ela precisa alcançar, de maneira efetiva, os ambientes formativos onde se desenvolvem as competências técnicas. Isso inclui: a) laboratórios e equipamentos: ferramentas adaptadas para diferentes tipos de deficiência; b) recursos de Tecnologia Assistiva (TA): disponibilidade e manutenção de softwares leitores de tela, lupas eletrônicas, teclados adaptados e outros dispositivos essenciais para a aprendizagem em áreas técnicas.

A ausência desses elementos converte a inclusão meramente formal em exclusão concreta, pois impede que o estudante participe das atividades práticas que constituem o núcleo da formação profissional na EPT.

A segunda lacuna, e também bastante expressiva em relação a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica situa-se na formação inicial e continuada dos docentes. Grande parte dos professores que atuam na EPT possui sólida formação técnica em áreas como engenharia, tecnologia ou gestão, mas não necessariamente dispõe de preparo pedagógico para trabalhar com a diversidade e com as necessidades educacionais específicas dos estudantes. Como destaca Mendes (2023), essa insuficiência formativa gera insegurança, tensão e sensação de despreparo, especialmente quando o professor se depara com demandas relacionadas ao planejamento diferenciado, elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), adequação curricular, organização de percursos formativos inclusivos, sem comprometer as exigências técnicas dos cursos e manejo de tecnologias assistivas, estratégias comunicacionais acessíveis e instrumentos avaliativos alternativos.

A carência de apoio especializado aprofunda esse cenário. O trabalho do professor da EPT precisa ser articulado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que fornece orientações sobre necessidades específicas, tecnologias assistivas e possibilidades de adaptação. Quando faltam profissionais como intérpretes e tradutores de Libras, guias-intérpretes ou profissionais de apoio, além de salas de recursos multifuncionais bem estruturadas, a responsabilidade recai exclusivamente sobre o docente da área técnica. Esse acúmulo de funções compromete a qualidade da formação e fragiliza o processo inclusivo.

Uma outra lacuna, diz respeito às barreiras atitudinais e a cultura institucional que atravessam tanto práticas docentes quanto políticas institucionais. Em diversas situações, a inclusão ainda é tratada como concessão ou gesto de benevolência, e não como um direito assegurado por lei. Esse posicionamento equivocado se expressa em diferentes formas: preconceito e baixa expectativa: percepção de que estudantes com deficiência seriam incapazes de acompanhar conteúdos técnicos da EPT, o que resulta em simplificação excessiva do currículo, subavaliação ou estímulo reduzido à participação e, um outro aspecto, resistência à mudança: manutenção de culturas escolares rígidas, que veem a flexibilização curricular e as adaptações metodológicas como entraves e não como oportunidade de qualificar o processo de ensino.

A ausência de uma cultura institucional inclusiva impede que o trabalho pedagógico seja pensado de forma colaborativa. O professor precisa de tempo e espaço para o planejamento conjunto com a equipe de AEE e com outros docentes, mas a organização do trabalho na EPT raramente prevê essa colaboração de forma sistemática, pois sobre a docência há uma intensificação sistêmica da sua carga de trabalho.

E, por último, lacunas relacionadas a a problemática a da avaliação e certificação na EPT. Por sua natureza, a EPT é orientada para a comprovação de competências profissionais, o

que exige rigor técnico na avaliação. O desafio está em construir práticas avaliativas acessíveis e equitativas que preservem a validade do certificado profissional, sem excluir estudantes com deficiência. A ausência de diretrizes claras sobre como adaptar avaliações técnicas, como estágios supervisionados, provas práticas, projetos integradores ou demonstrações de procedimentos, leva a dois riscos:

A aprovação sem aprendizagem real, configurando uma inclusão apenas formal; A reprovação injusta, decorrente da incapacidade institucional de avaliar o desempenho com critérios adaptados e acessíveis. Essas tensões evidenciam a urgência de uma reorganização do trabalho pedagógico que envolva formação docente, políticas institucionais, infraestrutura adequada e mudança cultural nas instituições da EPT.

5. Possibilidades de Organização do Trabalho Pedagógico: Estratégias Inclusivas na EPT

Diante das lacunas identificadas, a reorganização do trabalho pedagógico docente na EPT deve ser proativa, intencional e baseada na flexibilização. O foco deve ser a superação das barreiras e o engajamento de todos os alunos, independentemente de suas necessidades. Diante disso, são apresentadas algumas possibilidades, tais como: planejamento colaborativo e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), flexibilização curricular e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e avaliação inclusiva.

A estratégia central para uma organização pedagógica eficaz é o planejamento colaborativo. O professor da área técnica não deve atuar isoladamente. É imperativo que ele trabalhe em parceria constante com professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsáveis por fornecer as informações detalhadas sobre as necessidades e potencialidades do aluno, bem como sugerir recursos de tecnologia assistiva e com a gestão escolar e as famílias para alinhar expectativas e garantir o suporte necessário fora da sala de aula.

A partir dessa articulação, constrói-se o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que estabelece objetivos de aprendizagem, adaptações de acesso, flexibilização curricular e recursos a serem utilizados. No contexto da EPT, o PDI deve priorizar estratégias que permitam o desenvolvimento das competências técnicas essenciais, preservando o rigor da formação profissional enquanto assegura condições de participação.

Além disso, a inclusão na EPT exige que o currículo, muitas vezes rígido e focado em requisitos técnicos específicos, seja flexibilizado. Uma ferramenta fundamental para essa flexibilização é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

O DUA propõe que os materiais e métodos de ensino sejam projetados desde o início

para serem acessíveis ao maior número de pessoas, eliminando a necessidade de adaptações tardias. O DUA pauta-se em alguns princípios conforme ilustrado na figura a seguir:

Figura 01 – Princípios do DUA



Elaborado pelos autores, 2025.

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) transforma o professor da EPT em um designer de experiências de aprendizagem, que planeja a aula prevendo a diversidade em vez de apenas reagir a ela. O uso de todas as potencialidades e os múltiplos meios do alcance do docente pode levá-lo a experiências positivamente fantásticas.

Para concretizar a flexibilização, o docente pode adotar as seguintes estratégias:

QUADRO 03 – Estratégias Metodológicas e Uso de Tecnologia Assistiva

ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA	Aplicação na Educação Profissional e Tecnológica
Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)	Permitir que o aluno escolha o formato final do projeto ou a ferramenta de trabalho, focando no resultado e na competência desenvolvida. O projeto se torna o eixo da aprendizagem.
Instrução Direta e Prática Acompanhada	Segmentar tarefas complexas em passos menores e claros. Utilizar demonstrações práticas intensivas (modeling) antes de exigir a execução autônoma, dando feedback imediato e específico.
Uso de Tecnologia Assistiva (TA)	Integrar softwares de comando de voz para alunos com deficiência motora, usar lupas de aumento em painéis de equipamentos, ou emplate visuais simplificados para softwares complexos de desenho técnico.
Recursos Visuais e Táteis	Transformar manuais complexos em Mapas Mentais ou Fluxogramas de alta visualização. Utilizar materiais em relevo ou modelagem 3D para explicar conceitos abstratos ou processos técnicos (ex: peças de motores, circuitos).

Elaborado pelos autores, 2025.

Por último, e não menos importante, é preciso avaliar de maneira inclusiva. A avaliação, enquanto parte estruturante do trabalho pedagógico, precisa refletir com fidelidade o percurso de aprendizagem do estudante. Em uma perspectiva inclusiva, ela se orienta por princípios que rompem com modelos rígidos e homogêneos, reconhecendo que diferentes percursos podem expressar as mesmas competências profissionais. Assim, conforme sistematizado na figura abaixo, uma avaliação inclusiva pressupõe:

Figura 02 – Avaliação Inclusiva



Elaborado pelos autores, 2025.

A adoção dessas estratégias é a chave para a reorganização do trabalho pedagógico docente, transformando a sala de aula da EPT em um ambiente onde a diversidade é o ponto de partida para a inovação e para a formação de profissionais competentes e cidadãos plenos.

6. Considerações Finais

Este estudo buscou analisar as possibilidades de organização do trabalho pedagógico docente voltado à inclusão de estudantes com deficiência no processo de ensino-aprendizagem da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A partir de pesquisa bibliográfica, foram discutidos fundamentos legais e teóricos, identificadas lacunas entre prescrição normativa e prática institucional, e propostos caminhos concretos para o aprimoramento da ação docente. E ainda, foi proposto investigar as possibilidades de organização do trabalho pedagógico docente para a promoção da inclusão de

peessoas com deficiência no processo de ensino-aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi possível conceituar a inclusão sob seu marco legal e teórico, refletir sobre as lacunas entre a lei e a realidade, e, finalmente, apontar caminhos práticos para a ação docente. No plano jurídico, documentos como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) afirmam que a educação inclusiva é um direito universal e uma responsabilidade do Estado.

Esse conjunto normativo impulsiona as instituições de EPT a avançarem para além do acesso, adotando práticas que assegurem participação plena e formação qualificada. Do ponto de vista teórico, autores como Vygotsky, com sua ênfase na mediação social e na potencialidade humana, e Freire, com sua perspectiva emancipatória, reforçam que o professor é o agente central desse processo. Ambos apontam para uma compreensão da deficiência não como limitação intrínseca, mas como diferença que requer reorganização pedagógica, mediação intencional e oferta de condições adequadas de aprendizagem. A análise crítica evidenciou que persistem obstáculos significativos para a efetivação da inclusão na EPT. Entre as principais lacunas estão: deficiências estruturais, ausência de acessibilidade completa em laboratórios técnicos, insuficiência de formação no campo da educação inclusiva por parte de docentes técnicos, e barreiras atitudinais que reproduzem expectativas reduzidas sobre estudantes com deficiência. Em resposta a essas lacunas, este estudo identificou três pilares estruturantes para a reorganização do trabalho pedagógico na EPT: planejamento colaborativo, flexibilização curricular, estratégias metodológicas e práticas avaliativas inclusivas. Em síntese, a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica demanda um movimento.

Diante do exposto, e ao longo deste percurso, estudar a legislação inclusiva enquanto vivenciava, no estágio e na monitoria em uma instituição de EPT, os desafios e as potências de sua aplicação prática foi uma experiência profundamente marcante. A cada aula observada, eu redescobri nas diretrizes legais não apenas um conjunto de normas, mas um projeto humanizador de educação que ganhava vida no cotidiano escolar. Esse movimento simultâneo entre teoria e prática ampliou meu olhar: compreender a legislação enquanto acompanhava estudantes reais, com histórias e necessidades diversas, fez com que o texto legal deixasse de ser distante e se tornasse uma bússola ética para minha atuação docente. Esse processo de encantamento — estudar enquanto vivia a realidade da EPT — reafirmou minha convicção de que a inclusão é possível, necessária e transformadora quando compreendida a partir da sensibilidade e da responsabilidade que a profissão docente exige.

Ao concluir este estudo, percebo com ainda mais clareza a relevância de não permitir que a inclusão na EPT seja tratada como um detalhe ou uma tarefa periférica. Minha vivência simultânea entre o estudo da legislação e o cotidiano da monitoria revelou que cada instituição, com suas formas de gestão, ritmos e limitações, recebe estudantes reais — jovens e adultos diversos, com especificidades, histórias de luta e, sobretudo, o desejo legítimo de conquistar uma profissão em um mundo que ainda insiste em ser excludente. Foi nesse encontro entre teoria e prática que compreendi que a inclusão não é apenas uma exigência legal: é um compromisso ético com a dignidade humana e um caminho para transformar trajetórias. A partir dessa experiência, reafirmo que a EPT tem um papel estratégico na construção de oportunidades e que práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis às demandas de cada contexto, são fundamentais para que nenhum estudante passe despercebido enquanto busca seu lugar no mundo do trabalho

Encerrar este breve estudo é reconhecer que a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica é um processo em constante construção, que exige sensibilidade, compromisso e abertura para aprender com cada contexto. As reflexões aqui apresentadas não oferecem respostas definitivas, mas reafirmam que práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para que nenhum estudante seja invisibilizado em sua busca por formação e oportunidades. Cada instituição tem desafios próprios, mas todas acolhem pessoas diversas, com histórias e sonhos que merecem ser respeitados. Se este trabalho contribui para ampliar esse olhar, ele já cumpre seu papel: fortalecer uma educação técnica mais humana, justa e capaz de transformar trajetórias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábri. Educação inclusiva: dos princípios à prática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Universidade de Brasília. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <informar link>. Acesso em: out. 2025.

BRASIL. Instituto Federal da Bahia. Curso de Extensão Práticas Pedagógicas para Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos – RENAFOR. Guanambi, BA, 2024. Disponível em: <informar link>. Acesso em: out. 2025.

CARVALHO, F. R. da S. de. (2025). Formação docente na educação profissional e tecnológica: perspectivas e desafios para inclusão escolar no ensino médio integrado. Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, vol 12 (n.31), UFMS, p 223-243. <https://doi.org/10.55028/pdres.v12i31.22817> Acesso em nov 2025

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAKATOS, E. M de A.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP:Atlas 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Ana Carolina. Desafios da Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: IFB, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 12. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.